



## EU VOS DECLARO “MARIDO E MULHER”: IMPLICAÇÕES DO DISCURSO RELIGIOSO PARA A (CON)FORMAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

Maria Regina de Lima Gonçalves Oliveira – UEG<sup>1</sup>  
Stephany Pikhardt Martins – UEG<sup>2</sup>

### GT11 - Linguagem, Discurso e Identidades

#### Resumo

Este trabalho objetiva analisar as implicações do discurso religioso, “Eu vos declaro marido e MULHER”, na (con)formação da(s) desigualdade(s) de gênero. Para isso, fundamenta-se na corrente analítica crítica do discurso, que parte da ideia de língua/gem como prática social (FAIRCLOUGH, 2001), bem como na ideia de discurso como consolidação do imaginário social (CARVALHO, 1987). Além disso, serão consideradas as aspirações das teorias pós-críticas no que concerne à formação de gênero, entendido aqui como constructo social e cultural. A investigação de cunho bibliográfico procura articular o discurso religioso à (con)formação das disparidades de gênero, considerando as implicações e as consequências desse processo nas tramas sociais. Para tanto, faz-se necessário uma pesquisa com base na discussão de Análise Crítica de Discurso (ACD) ou Análise de Discurso Crítica (ADC), que compreende as entrelinhas do discurso religioso como uma prática que reverbera a produção e reprodução dos ideais hegemônicos. Os entendimentos necessários à temática foram evidenciados por autores/as diversos/as, os quais se destacam: Fairclough (2001), Van Dijk (2015), Foucault (1979), Bourdieu (1989), Orlandi (1996; 2009), Leitão (1988) e Moreno (1999). Dentre os resultados encontrados na literatura acenada, pode-se mencionar o poder do discurso religioso como regulatório, normativo, “verdadeiro” e as implicações deste na produção e “encapsulamento” daqueles/as que o acatam e o naturalizam, além do processo de “coisificação” da mulher, da sustentação e cristalização das características “adequadas” para cada gênero. Além disso, há a aceitação passiva e a prática irrefletida dos pressupostos religiosos, tanto por parte de seus/suas representantes, quanto, e principalmente, por parte de seus/as seguidores/as, os/as quais agem de forma a não questionar e acatar pacificamente as imposições inerentes ao discurso.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso Crítica. Gênero. Discurso religioso. Imaginário Social.

#### Abstract

This paper aims to analyze the implications of the religious discourse, "I declare you husband and WOMAN", in the (con)formation of gender inequality(s). For this, it is based on the critical analytical current of discourse, which starts from the idea of language as a social practice (FAIRCLOUGH, 2001), as well as on the idea of discourse as a consolidation of the social imaginary (CARVALHO, 1987). In addition, the aspirations of post-critical theories regarding gender formation, understood here

1 Maria Regina de Lima Gonçalves OLIVEIRA, mestranda do programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Licenciada em Pedagogia pela UEG – Câmpus Crixás. Especialista em Educação para a Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos pela UFG. Email: mariareginalima91@hotmail.com

2 Stephany Pikhardt MARTINS, mestranda do programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Itapuranga. Especialista em Docência: interdisciplinaridades e demandas contemporâneas pela UEG. E-mail: stephany-m@hotmail.com



as a social and cultural construct, will be considered. Bibliographical research seeks to articulate religious discourse to the (con) formation of gender disparities, considering the implications and consequences of this process in social networks. Therefore, a research based on the discussion of Critical Discourse Analysis (ACD) or Critical Discourse Analysis (ADC) is necessary, which in the study adopted here comprises the lines between religious discourse as a practice that reverberates the production and Reproduction of hegemonic ideals. The following are some of the main features of Fairclough (2001), Van Dijk (2015), Foucault (1979), Bourdieu (1989), Orlandi (1996, 2009), Leitão (1988) and Moreno (1999). Among the results found in the waved literature, one can mention the power of religious discourse as regulatory, normative, "true" and the implications of this in the production and "encapsulation" of those who accept and naturalize it, as well as the process of "Making" of the woman, the support and crystallization of the characteristics" adequate "for each gender. In addition, there is the passive acceptance and reckless practice of religious presuppositions, both on the part of his / her representatives, and especially on the part of his / her followers, who act in a way that does not question and comply peacefully The impositions inherent in discourse.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis. Genre. Religious speech. Social imaginary.

## Introdução

Este trabalho objetiva discutir o discurso religioso “*Eu vos declaro marido e MULHER*” sob enfoque da Análise Crítica de Discurso proposta por Fairclough (2001) e suas implicações para a (con)formação de gênero. Em outras palavras, busca-se um olhar analítico e crítico das possíveis sustentações sexistas (im)postas pelo enunciado em ênfase.

A proposta que se segue surgiu da preocupação/problematização magna de compreender as implicações do discurso enquanto poder/controlar/manipulação<sup>3</sup> da sociedade na formação ou conformação das desigualdades de gênero, haja vista que o discurso se relaciona às estruturas sociais. A ideia de gênero, aqui elucidada, se baseia na compreensão deste como constructo social e cultural. Logo, perpassa por ele os pressupostos religiosos que, com o poder do discurso, moldam as crenças e atitudes dos/as seguidores/as.

A noção de manipulação mencionada nesta produção faz referência às colocações de Van Dijk em: “[...] a manipulação é uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes que servem à reprodução do seu poder” (2015, p.237). Depreende-se, a partir disso, que intrinsecamente ao discurso religioso há a propagação de ideias com alvo e objetivos determinados. A manipulação é nessa perspectiva ilegítima “porque (re)produz ou pode (re)produzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos dos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos” (DIJK, 2015 p.239).

<sup>3</sup> Essa discussão é proposta por Van Dijk em seu livro *Discurso e Poder* (2015), no qual o autor trata do discurso enquanto prática de poder, considerando este por sua vez, como sinônimo de controle social, ou seja, o “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (p.17).

Assim, o objeto de estudo que se propõe apresentar por meio desse artigo tem fulcro na ideia das implicações do discurso nas (con)formações das desigualdades de gênero. Para tanto, revisa-se os escritos de autores/as que acenam criticamente para a discussão, tais como: Fairclough (2001), Van Dijk (2015), Foucault (1979), Bourdieu (1989), Orlandi (1996; 2009), Leitão (1988) e Moreno (1999).

A pesquisa bibliográfica realizada fornece embasamentos para discussão que segue dividida em seções. Cumpre pontuar que no primeiro tópico há uma breve exposição da corrente analítica adotada para esse trabalho, sob o tema *O discurso como prática social: notas introdutórias*, na mesma direção há o subtítulo *O poder do discurso religioso*, no qual há uma proximidade maior com a temática proposta e, por fim, na última seção é apresentada a articulação entre discurso e (con)formação de gênero sob o título *Atando o nó: Discurso religioso e a (con)formação das desigualdades de gênero*.

Dada a relevância social e as contribuições dessa pesquisa para a reflexão e reposicionamento quanto às desigualdades de gênero, é possível deferir que dentre os principais resultados encontrados, com base na análise da literatura mencionada e nas provocações ocasionadas pela investigação, está a aceitação passiva e a prática irrefletida dos pressupostos religiosos, tanto por parte de seus/suas representantes quanto, e principalmente, por parte de seus/as seguidores/as, os/as quais, geralmente, agem de forma a não questionar e acatar pacificamente as imposições inerentes ao discurso.

Cabe ressaltar que a prática irrefletida dos/as representantes é entendida dessa forma devido à ausência de questionamento e a reprodução do imaginário social<sup>4</sup>, posto que a sociedade, ao mesmo tempo em que é manipulada, produz sua própria forma de sustentação por meio de uma manipulação ilegítima<sup>5</sup>.

## 1. O discurso como prática social: notas introdutórias

<sup>4</sup> De acordo com Carvalho (1987, p.11) “O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...]”. E acrescenta que: “Nele as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...]”.

<sup>5</sup> “Definimos como ilegítima todas as formas de interação, comunicação ou outras práticas sociais que servem apenas aos interesses de uma parte e são contra os interesses dos receptores” (DIJK, 2015 p.238).



Entende-se que o contexto atual, perpassado por constantes mudanças no cerne social, encapsula alguns dilemas que podem ser desvendados à luz da análise do discurso, uma vez que, como salienta Bakhtin/Volochínov (2014), os aspectos sociais – como um todo – só são/serão evidenciados nas práticas discursivas, já que é pela linguagem que se dá a interação e, logo, a manifestação sociohistórica e socioideológica dos sujeitos envolvidos na comunicação. Nesse viés, torna-se necessário compreender o discurso como prática social (FAIRCLOUGH, 2001). Mas, afinal, o que é discurso? O que se entende por prática social?

A partir dos pressupostos teóricos da vertente de Análise Crítica do Discurso (doravante, ACD) elucidada por Fairclough (2001), pode-se entender que o discurso é um dos momentos da prática social. Ele se manifesta em um texto verbal ou não verbal e se processa em uma prática discursiva de produção, distribuição, consumo e interpretações textuais. Em vista disso, o conceito tomado neste trabalho é o de discurso visto como uma forma de agir socialmente (FAIRCLOUGH, 2001); ou seja, é através dele que os sujeitos interagem e, ao mesmo tempo, reivindicam, resistem, denunciam as relações de poder e de dominação hegemônicas engendradas nas instâncias sociais.

Em se tratando de prática social, Fairclough (2001) afirma que a vida social é constituída por práticas e define-as como “[m]odos rotinizados, ligados a espaços e tempos particulares, por meio dos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir conjuntamente no mundo.”(p. 21). Compreende-se, através dessa citação, que as práticas sociais são constituídas e constituídas ao longo da vida nos domínios discursivos especializados, como, por exemplo, no campo da política, da economia, da cultura, da religião.

Dessa forma, depreende-se que sendo as práticas constituídas por campos discursivos particulares, muitas vezes, podem contribuir (ou não) para a reverberação de ideologias de dominação e opressão hegemônicas que fortalecem as questões de desigualdades instanciadas na sociedade. Conforme isso, questiona-se: se o discurso se trata de um momento de prática social do qual pode ser utilizado como denúncia das relações de poder e de dominação hegemônica, como pensar o enunciado religioso “*eu vos declaro marido e MULHER*”? Não seria uma forma de disparidade de gênero?

Na tentativa de refletir sobre essas questões, no subtópico seguinte falar-se-á sobre o



poder do discurso religioso na consolidação de ideologias<sup>6</sup>, muitas vezes, cristalizadas e arraigadas no discurso de indivíduos sem ao menos ter e entender o quanto isso pode ser fator preponderante nas desigualdades sociais, principalmente nas questões de gênero.

### 1.1 O poder do discurso religioso

As doutrinas religiosas são regulamentadas e legitimadas pela produção discursiva dos/as representantes principais das instituições religiosas. Por meio do discurso religioso, geralmente, há uma propagação de ideias em larga escala que se designam como verdadeiras, absolutas e normativas. Nesse caso, a doutrina é de certa forma regulada e aceita simultaneamente pelos/as envolvidos/as, a saber, representantes e seguidores/as respectivamente.

Conforme isso, Morais e Lanza (2012) salientam que as instituições religiosas estimulam mudanças sociais e políticas, já que sugerem aos adeptos certo tipo de comportamento individual e coletivo. Pode-se dizer que a religião “[c]umpre um papel de coesão social e de manifestação de anseios coletivos [...]” (MORAIS; LANZA, 2012, p. 5), tornando-se, de acordo com Bourdieu (1989), um fenômeno estruturado e ao mesmo tempo estruturante da realidade.

Ao pensar em discurso religioso necessita-se, *a priori*, compreender que a religião é tida como uma forma de manutenção da ordem social, cujo princípio da moralidade deve ser seguido à risca. Isso, afirma Bourdieu (1989), colabora significativamente para a (re)produção de padrões de poder legitimados, servindo de dominação e domesticação de indivíduos que aceitam viver sob essas regulamentações. Nesse sentido, cabe uma reflexão, pois, segundo alguns autores (BOURDIEU, 1989; MORAIS, LANZA, 2012), o discurso religioso pode desestimular uma postura crítica e política dos sujeitos envolvidos neste campo discursivo, contribuindo, assim, para o empoderamento de desigualdades sociais, uma vez que o que se preza é a subserviência dos sujeitos a padrões normatizados, regulamentados e sem, ao menos, uma conscientização crítica daquilo que lhes são (re)passados.

---

<sup>6</sup> Marx e Engels em *A ideologia alemã* (1998), diferentemente do que o título demonstra, conceituam ideologia de forma geral, considerando-a a princípio como um conjunto de ideias falsas. Porém, uma possível análise da conceituação proposta pelos autores permite inferir que ideologia dentro das propostas marxistas pode ser considerada como um processo em que se constitui a verdade e a realidade.



Sendo assim, por meio da aceitação dos preceitos postos, os/as “coadjuvantes” aprendem e incorporam os ideais e normas do imaginário social religioso à suas práticas discursivas, reproduzindo e reforçando, ainda mais, conceitos tidos como verdadeiros e naturais. Daí, resulta, então, a uma série de desigualdades concernentes aos muitos discursos permeados em instâncias religiosas, principalmente, àqueles ligados à polarização dos papéis “corretos” que se dão à mulher e ao homem.

Dessa forma, no tópico seguinte procura-se mostrar como o discurso religioso tem poder sobre a questão da (con)formação das desigualdades de gêneros, atendo-se principalmente ao enunciado “eu vos declaro MARIDO e MULHER”.

## 2. Atando o nó: Discurso religioso e a (con)formação das desigualdades de gênero

Com base nas discussões de Moreno (1999), sexismo é a discriminação baseada em critérios sexuais, e a atitude sexista, por sua vez, fundamenta-se em um “prejulgamento do que é adequado para cada sexo” (ALMEIDA, 1998 p.44). Os posicionamentos mencionados fazem referência a práticas que não percebem o gênero como constructo social e cultural, como este é entendido aqui com sustentação de diversos/as autores/as, tais como Louro (2014) e Auad (2016), mas sim a partir de uma concepção biológica que coloca homens e mulheres em pólos e que certamente associa a ideia de dominador-dominada a esta oposição.

Em equivalência, os discursos religiosos reforçam essa polaridade e principalmente a ideia de subserviência de uma em relação ao outro. O enunciado “*eu vos declaro marido e MULHER*” vem coroar os ideais pregados pela doutrina religiosa, pois associa a existência da mulher a do homem por meio da assimetria dos termos; colocando-a como uma condição para vivência da mulher enquanto mulher<sup>7</sup>, assim ela é definida em função do homem a que se relaciona. Nessa conjectura, assevera Leitão (1988), na cerimônia de casamento quando o padre/pastor/a profere o enunciado supracitado “a posição dela deveria continuar a mesma, pois, pelo menos linguisticamente, antes de se casar ela era mulher e como tal permanece. Porém o mesmo não acontece com o homem, ele deixa de ser homem para tornar-se marido” (p.63).

<sup>7</sup> Parece pertinente dizer que a mulher por vezes só é “enxergada” se estiver associada a um homem, seja ele pai, irmão ou esposo (LEITÃO, 1988).



Nas esteiras da Análise de Discurso Crítica, a linguagem é vista como prática social, ou seja, ela é ação e por esse caráter forma e molda pessoas. Para Orlandi (1996), há no discurso religioso uma espécie de poder expresso por meio da palavra, pois este é o “mecanismo de performatividade que atesta esse poder de forma clara” (p.252). A partir da afirmação da autora, depreende-se que o discurso religioso atua sobre o/a outro/a de forma a modificá-lo/a naquilo que mais convier.

Sobre o poder das práticas discursivas Fairclough (2001, p.108) argumenta que “alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas”. Nesse campo teórico insere-se o discurso religioso, que de forma “natural” impõe aos/as seguidores/as (ou não) o que é adequado para cada gênero, uma vez que, “certos itens lexicais têm um significado quando aplicados aos homens e outro às mulheres, constituindo uma diferença que não pode ser prevista [...]” (LAKOFF, 1973 p.13).

Voltando ao enunciado que permeia esse trabalho, há de se inferir a dificuldade existente para se corrigir a desigualdade social produzida, pois se trata de um discurso hegemônico pouco questionável e com grande aceitação (in)consciente, inclusive pelas mulheres. Entretanto, há implícito a esse enunciado o imaginário social, que vê a mulher como menina-moça-mulher, bem como aquela que permanece em situação de dependência, como reforça Leitão (1988, p.63):

Essa permanência da lexia *mulher* na oficialização do casamento pode ser relacionada a dois fatores. Um deles seria que a não-mudança linguística se deve ao fato de continuar a mulher na mesma situação de dependência; quando solteira, estava ligada ao pai, depois de casada, vê-se ligada ao marido. O outro encontra-se associado à crença de que a mulher solteira não tem iniciação sexual, e por isso, muitos diferem *moça* de *mulher*. *Moça* é aquela que não se iniciou sexualmente, enquanto que *mulher* é a que já teve experiências nesse campo. Como a iniciação sexual da mulher só é permitida a partir do casamento, na oficialização desse ato ela deixa de ser *moça* para tornar-se *mulher*.

Diante do exposto acima, evidencia-se que a crença que mais se aproxima às entrelinhas do discurso religioso fazem alusão à ideia de mulher como aquela que iniciará atividade sexual a partir da declaração sexista “Eu vos declaro marido e mulher”. Trata-se de um endosso do campo religioso para a cristalização do imaginário social, que vê a mulher como aquela que deve se manter “pura” até o enlace matrimonial. Além disso, parece



evidente, que há uma desumanização da mulher em função do homem inerente ao discurso religioso elucidado nesse trabalho.

De certa forma, há uma (con)formação de gênero a partir dos ideais religiosos, pois raramente faz-se menção a privações quando se fala de homens, contraditoriamente, entretanto, sempre que a mulher é mencionada há uma descrição daquilo que se espera dela. Dentre os aspectos mais relatados no cenário religioso, destacam-se: o comportamento restritivo, a passividade, dependência, a proibição a práticas que as doutrinas religiosas denominam vergonhosas, etc. (LEITÃO, 1988). Em contraste, raramente há uma descrição do que se espera do homem semelhante ao posto as mulheres, o que há para esse gênero são aspectos relacionados à sexualidade, ou melhor, a afirmação/confirmação da sexualidade como algo que deve ser compulsório e inerente ao sexo; aí o discurso religioso baseia-se na concepção cisgênero<sup>8</sup>.

Nesse contexto, para a manutenção da sexualidade masculina, o discurso religioso traça as características que dão sustentação a polaridade homem-mulher, assim se o comportamento feminino for restrito, o masculino em oposição será permissivo, bem como se a mulher deve ser dócil, meiga, passiva, obediente, carinhosa, submissa, o homem binariamente, deve ser grosseiro, autoritário, agressivo, ativo, desobediente, “seco” em termos de demonstração de sentimentos e provedor da família. A “ele tudo é permitido e visto como normal, a ela tudo é proibido e dado como vergonhoso e sujo” (LEITÃO, 1988 p.32).

O discurso religioso e sexista “*Eu vos declaro marido e mulher*” endossa o imaginário social e ecoa na conformação das mulheres como aquela que vive em função do homem, leia-se, a sombra do homem. Ao ouvi-lo e reproduzi-lo a sociedade ressoa os pressupostos religiosos que ainda veem a mulher como aquela que deve seguir um manual de regras para viver socialmente, e em decorrência disso, deve ter um comportamento restritivo. E isto é acatado/aceito como algo “natural” por mulheres e homens, que inquestionavelmente propagam os desígnios sexistas do discurso religioso.

### 3. Considerações finais

<sup>8</sup> “[...] pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10).



Com base no estudo realizado, depreende-se que, *a priori*, a análise do discurso busca desvendar a articulação entre texto (discurso) e ideologia, uma vez que, o primeiro ressoa as aspirações da segunda, num processo sutil e camuflado aos/as envolvidos/as (ORLANDI, 2009). Porém, com a abordagem de Análise Crítica de Discurso há além do exposto acima, um entendimento voltado para as práticas sociais, ou seja, parte-se da ideia de língua/gem como ação e consolidação do imaginário social.

Esta discussão permite inferir que as vivências e perspectivas de “mundo” de cada pessoa contribuem para sua produção discursiva, pois esta é uma ação que não pode ser considerada neutra. Logo, a função da linguagem não pode se restringir – como pensado por alguns/as em teorias precedentes – a um instrumento de comunicação e expressão, mas sim como um componente social, cultural e histórico que permeia as relações humanas e contribui para as construções sociais, mesmo que de forma velada e aparentemente imparcial.

Nesta direção, a Análise Crítica de discurso procura entender o que foi dito e o que não foi, mas que de alguma forma ficou subtendido. De acordo com esse contexto, o discurso é produto do poder ainda que concomitantemente (re)produza poder (DIJK, 2015). Assim, o estudo aqui apresentado permite inferir que há uma prática da linguagem que se manifesta objetiva, calculada e destinada a um público já pensado; se trata, portanto, de uma ação prevista.

Nos meandros do discurso religioso há uma aceitação passiva de grande parte dos/as seguidores/as, pois este artefato é tido como verdadeiro e aplicável a realidade. Foucault em sua obra *Microfísica do poder* (1979) contribui com essa discussão ao passo que considera esses discursos da “verdade/realidade” (im)posto pela sociedade, por meio da linguagem com vistas a mudança de comportamento e valores como a expressão do poder, que com sua sutilidade “aprisiona” sujeitos, pois segundo o autor:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (p.12).

Embora, o enfoque dado nesse estudo esteja voltado para análise das implicações do discurso religioso na conformação das desigualdades de gênero é importante perceber que ambos – seguidores/as e representantes – estão envoltos a prática discursiva acrítica e



irrefletida, pois se por um lado há a passividade e aceitação por outro há a produção e simultaneamente/(in)conscientemente a reprodução dos moldes sociais.

Centrado numa perspectiva pós-crítica de gênero, o artigo em ênfase contribui para o entendimento das implicações do discurso religioso na (con)formação das desigualdades entre homens e mulheres, posto que no enunciado analisado o homem é chamado de *marido* e a mulher continua sendo chamada de *mulher* (ou começa a ser)<sup>9</sup>, o que ilustra o quanto a mulher ainda é estigmatizada e posta à sombra de um homem.

Sintetizando, a discussão que se desdobra nos limiares da ACD com vistas a compreender as disparidades de gênero percebe como principais resultados dessa sucinta pesquisa, a aceitação passiva e a prática irrefletida dos pressupostos religiosos por parte dos/as seguidores/as e, sobretudo o acatamento do discurso religioso como verdadeiro e único para a construção de gênero. A construção do gênero é “contido”, portanto, com base em um conjunto de características fixas e normativas, que acenam a mulher o “seu lugar” na sociedade.

## Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

BAKHTIN, M; VOLOCHÍNOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16 ed. São Paulo: HUCITED editora, 2014.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, J. M. **A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

---

<sup>9</sup> Ver as discussões da lexia *mulher* elucidada no tópico 2, no que se refere ao imaginário social: menina-moça-mulher.



JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** – guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2 ed. Brasília, 2012.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA Beatriz et al. **Linguagem, gênero, sexualidade** – clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. **A mulher na língua do povo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MORAIS, E. E; LANZA, F. **O discurso religioso e a política conservadora**. In: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/edsonemoraes.pdf>> Acesso em: 29 de abril de 2017.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina** – o sexismo na escola. Trad. Ana Venite Fuzatto, São Paulo: Moderna, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.